

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Principal motivo de retenção são as despesas médicas

IR: mais de 3,9 milhões de declarações na malha fina

Cerca de 3.971.267 declarações (8,7%) do Imposto de Renda ficaram retidas na malha fina entre 17 de março e 23 de setembro, segundo dados da Receita Federal. O problema ocorre quando o órgão encontra divergências ou inconsistências na declaração entregue pelo contribuinte. De acordo com as informações, a Receita Federal recebeu 45.645.935 declarações

do IRPF 2025, referente ao ano-base de 2024. Do total de declarações retidas, 66% já foram liberadas por terem sido regularizadas pelos contribuintes, sem a necessidade de fiscalização. “Caso o contribuinte seja retido, é fundamental seguir os procedimentos corretos para regularizar a situação”, afirma Charles Gularte, da Contabilizei.

1,2 milhão

Permanecem retidas por irregularidades, 1.292.357 declarações, ou cerca de 2,8% do total do recebido pelo Leão. Desse montante, 69,2% (894.580) são contribuintes com imposto a restituir, 27,9% (360.018), com imposto a pagar e 2,9% (37.759) com saldo zero.

Despesa médica

Os principais motivos de retenção foram deduções com despesas médicas (32,6%) e omissões de rendimentos (30,8%), como rendimentos não declarados pelos titulares ou dependentes, demais deduções (16%) e a diferença entre o declarado e o informado pelo pagador (15,1%).



Jader Barbalho Filho prevê melhora no mercado

Caixa prevê financiar 80 mil moradias com novo programa

O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, disse em São Paulo que a nova política do governo federal - e que deverá ser anunciada nesta sexta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – deverá fazer com que a Caixa Econômica Federal financie mais 80 mil novas moradias até 2026. De acordo com o gover-

no federal, a nova política prevê uma reforma estrutural no uso da poupança para alavancar o crédito habitacional, modernizando as regras de direcionamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com o objetivo de tornar o uso da poupança mais eficiente e ampliar a oferta de crédito imobiliário.

Classe média

O ministro afirmou que a medida foi trabalhada entre o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Fazenda e o Banco Central e que o governo está preocupado em oferecer uma alternativa de financiamento para a classe média.

Ajuste

De acordo com o ministro, “existe um processo de discussão, inclusive um pedido que foi feito por parte da Abrainc e de outros segmentos, de fazer também um ajuste no teto da renda. Isso é uma coisa que estamos estudando conjuntamente com a Abrainc”.

Teto

O ministro informou ainda que o governo está estudando ajustes nas três primeiras faixas do programa Minha Casa Minha Vida. “A questão do teto de imóveis, foi determinado que, em algumas faixas de renda, vamos fazer o ajuste do teto dos imóveis”, disse.

Mercado

Para o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, o novo modelo a ser apresentado pelo governo federal deverá impulsionar o setor, pois “é uma fórmula muito inteligente de poder trazer mais recursos para o mercado”.

Dia das Crianças: qual é o peso do preço na compra?

CNC estima que o comércio movimentará quase R\$ 10 bilhões

Por Martha Imenes

Às vésperas do Dia das Crianças, no próximo domingo, os pedidos dos pequenos vêm embalados em cartinhas, balas, bombons, mensagens, abraços com “vai me dar presente?” ao pé do ouvido... Mas com a grana curta, será que dá para fazer o mimo sem estourar o orçamento? Economistas avaliam que sim.

Apesar de o preço ser o fator que mais influencia a decisão de compra dos brasileiros, seja no varejo físico ou online, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que o comércio movimentará quase R\$ 10 bilhões. Se confirmada, essa será a maior arrecadação registrada nos últimos dez anos.

“Historicamente, o Dia das Crianças é considerado o terceiro evento mais relevante do calendário do varejo nacional”, afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

“A inflação em patamares ainda elevados e a maior taxa



Dia das Crianças é considerado o terceiro melhor evento para comerciantes

de juros em 20 anos podem ser apontados como alguns dos responsáveis pelo crescimento reduzido na estimativa de vendas em comparação ao ano anterior”, pontua.

O levantamento aponta que o faturamento pode crescer pouco mais de 1% em relação a 2024, quando foram movimentados R\$ 9,85 bi-

lhões. O avanço, no entanto, deve ser modesto devido ao impacto da inflação e da elevada taxa de juros, a maior em duas décadas. A maior parte das vendas, segundo a CNC, ficará por conta de itens de vestuário e calçados, que representam 27% do montante.

Apenas o Natal, com R\$ 72,8 bilhões em 2024, e o Dia

das Mães, que movimentou R\$ 14,5 bilhões em 2025, superam essa comemoração que coincide com o feriado de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro. “É um termômetro para o último trimestre do ano, que ainda vai aquecer nas festividades de dezembro”, detalha o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes.

Inflação de itens foi superior ao IPCA

A inflação dos produtos mais vendidos no Dia das Crianças foi superior ao IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com alta de 8,5%, em média, na comparação à data de 2024, aponta o levantamento da CNC.

Entre os 11 itens pesquisados,

quatro tiveram alta expressiva: chocolates, com quase 25%; doces, com cerca de 14%; lanches, com quase 11%; e cinema, teatro e concertos, com pouco mais de 10%.

Cesta de compras

Tendo como referência o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA-15), a expectativa da CNC é que o preço médio da cesta composta por 11 grupos de bens e serviços relacionados ao Dia das Crianças apresente variação de 8,5% em relação à data em 2024.

O avanço médio de preços deverá ser puxado por alimen-

tos, como chocolates (24,7%), doces (13,9%) e lanches diversos (10,9%). Itens considerados carros-chefes de vendas nessa data, como brinquedos e artigos de vestuário, tendem a registrar variações menores do que a do nível geral de preços (4,6%).

A dica é: pesquisar antes de comprar

Um total de 66% dos consumidores consideram o valor na hora da aquisição de um produto ou serviço. No entanto, outros fatores também são levados em conta. O custo de um item disputa a atenção do comprador com promoções, descontos e a qualidade do produto, conforme o levantamento. A experiência do profissional de tecnologia da informação e consumidor de videogames,

Lucas Silva Gonçalves, 30 anos, exemplifica as informações.

Ao ser questionado sobre o peso do preço em sua decisão de compra, de zero a dez, sua resposta é direta: “Com certeza, dez. Hoje em dia, não tem como não olhar para isso”, afirma. “O preço padrão de um jogo no lançamento pode variar entre R\$ 400 e R\$ 500”, justifica.

Mas não são apenas os

consumidores que se preocupam com o preço. Empresas que buscam competitividade precisam saber como realizar a precificação para equilibrar lucro e atratividade, como informa o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Para isso, a orientação é utilizar ferramentas, que vão desde uma planilha de precificação grátis para cálculos iniciais até

sistemas integrados para gerenciar a complexidade dos custos.

O sócio e diretor comercial da Nomus, Thiago Leão, explica que o preço transcende o custo de produção. “É um dos fatores mais determinantes na decisão de compra porque ele representa, para o cliente, a relação entre valor percebido e investimento. Não se trata de ser o mais barato, mas de oferecer uma proposta justa e competitiva.”

Mercado do Povo levará mercados modulares a pequenas cidades

Mais do que centros de abastecimento de alimentos, Brasil afora, os mercados municipais costumam ser lugares onde a população encontra produtos frescos com preços competitivos e que difundem a culinária tradicional local, nas bancas e restaurantes que funcionam nessas áreas de consumo. Do outro lado do balcão, os pequenos agricultores têm a oportunidade para vender diretamente ao consumidor o que produzem.

Para aumentar o número de mercados municipais em localidades com baixos índices de desenvolvimento, maior vulnerabilidade socioeconômica e déficit de infraestrutura, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) lançou o programa Mercado do Povo que prevê a instalação de 136 unidades modulares em várias localidades do país.

A iniciativa tem o objetivo de apoiar agricultores familiares e pequenos produtores



Pequenos agricultores têm a oportunidade de vender

da região, dinamizar a economia da região, gerar emprego e renda, promover a segurança alimentar, além de ampliar o acesso da população a espaços adequados à comercialização de alimentos.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, comenta que a

ação governamental de criar o Mercado do Povo complementa o apoio federal dado aos produtores locais de alimentos.

“Um ambiente limpo, seguro e saudável de negócios, onde a agricultura familiar pode vender o que produz e abastecer as comunidades brasileiras, disse o ministro.

Os 136 mercados municipais do Mercado do Povo, que serão construídos em diversas regiões do país, terão a estrutura modular.

As instalações serão do tipo pré-fabricada e contarão com lojas, lanchonetes, escritórios, sanitários e áreas de circulação.

Os valores destinados à construção dos mercados municipais variam conforme o porte do município: de R\$ 5,2 milhões para cidades de até 20 mil habitantes, chegando a R\$ 20,5 milhões para aquelas com população acima de 100 mil habitantes.

Os municípios interessados poderão aderir ao programa por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), dentro do Sistema de Registro de Preços (SRP) que está integrado ao Portal de Compras do governo federal.

Antes, a prefeitura deve encaminhar ofício à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (Aespar), indicando o modelo de mercado municipal de interesse, conforme o número de habitantes.